



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO Nº DE 2013.

(Do Sr. Alfredo Kaefer)

Solicita seja convidado o Senhor **GUILHERME AFIF DOMINGOS**, Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, para participar de audiência pública a fim de debater: a política de crédito, a burocracia, a tributação elevada e as deficiências no estímulo às médias e pequenas empresas.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário, seja convidado o Senhor **GUILHERME AFIF DOMINGOS**, Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, a comparecer em audiência pública, a realizar-se em data a ser agendado, afim debater: a política de crédito, a burocracia, a tributação elevada e as deficiências de estímulos às médias e pequenas empresas, bem como a participação delas na inovação tecnológica e na matriz exportadora do Brasil.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento possibilitará o debate com o novo Ministro debater: a política de crédito, a burocracia, a tributação elevada e as deficiências da infraestrutura das micro e pequenas empresas.

Apesar do ambiente ruim para empreender, o Brasil já é o 3º país com o maior número de empreendedores do mundo, atrás apenas de China e Estados Unidos, segundo dados do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*). E a tendência é de crescimento continuado: dos 1,2 milhão de novos negócios que surgem todo ano, mais de 99% são de micro e pequenas empresas e estão localizados na região mais urbanizada do país, o Sudeste.

Um dos dados mais curiosos em relação aos empreendedores brasileiros diz respeito à classe social: grande parte deles está na camada mais pobre da população, o que explica o já citado "empreendedorismo por necessidade". O historiador André Azevedo, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), afirma, porém,

que, muito além da necessidade citada por Santos Filho, características históricas determinaram esta "contradição" nacional.

"A elite do Brasil quer ser funcionária pública, promotor, juiz e etc. Então, sobra para a camada mais baixa da pirâmide a função de criar, de empreender, inovar", analisa. Segundo ele, um dos responsáveis pelo alto nível de empreendimento das camadas mais pobres é também um fenômeno do século 19, chamado "escravidão de ganho".

"Na época, a burguesia urbana obrigava seus escravos a procurar proventos na cidade. Alguns roubavam, mas grande parte arriscava em novos negócios. E os escravos, que continuavam à margem da sociedade, acabavam sendo obrigados a buscar proventos pelo próprio esforço. Estes fenômenos ainda fazem parte da identidade da população, principalmente quando vemos que é muito comum no Brasil associar o trabalho para o outro como escravidão, como prisão. Aqui, é preciso ser o 'próprio patrão'".

### **Micro-Empreendedor Individual (MEI)**

A coordenadora do Sebrae para "Projetos de Empreendedorismo das Comunidades Pacificadas", Carla Teixeira, lembra ainda da importância da aprovação da lei do Empreendedor Individual (EI) em 2008, que facilitou a legalização dos negócios informais. "Antes, era impossível. Agora, para os empreendedores bem pequenos, a burocracia é quase nada e as taxas são muito baixas".

Bonomo elogia a lei, mas reclama que sua abrangência é muito pequena. "Os negócios rapidamente ultrapassam o teto do MEI, que é de 36 mil ao ano, e têm que optar depois para outro regime, muito mais burocrático", analisa.

A MEI elimina a necessidade de um corretor e a contribuição tributária não ultrapassa R\$ 37,10 reais ao mês.

### **Informalidade**

As dificuldades para se montar um negócio acabam incentivando a propagação das empresas informais, que remuneram abaixo do mercado formal, além de deixarem o empregado e o empresário desprotegidos. No Brasil, cerca de 45,4% do total de empregados (cerca de 11,5 milhões, segundo a PME) estão na informalidade, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda sim, com os recentes incentivos do governo, o número tem caído. Há 11 anos, os empregados informais do país ultrapassavam os 54% da mão de obra total.

O presidente do Ipea, Marcelo Neri, afirma que o país tem evoluído, mas alerta para a necessidade de diminuir ainda mais estes números. "Informalidade é um mal do pobre. Digo mal porque o trabalhador fica sem cobertura previdenciária e outros benefícios de um trabalhador formal".

"Uma economia saudável tem mais empreendedores por 'oportunidade', pessoas que veem uma deficiência no mercado e a preenchem. Além da educação falha, o ambiente para negócios é ruim, a infra-estrutura é deficiente e tudo é muito caro e burocrático. O brasileiro é muito persistente e obstinado e consegue ir além dessas barreiras. É quase inexplicável, um talento natural", acredita

As micro e pequenas empresas ainda precisam de uma política de crédito e tributária específica e são responsáveis por empregar 11 milhões de pessoas em todo o país.

A importância que atribuo a esse processo no Brasil, eu acredito que no microempreendedor individual e na micro e pequena empresas estão uma das sínteses do Brasil neste novo processo de desenvolvimento com inclusão social e desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas.

Precisamos de políticas focadas. (...). As micro e pequenas empresas se integraram com todos os ministérios e têm, sobretudo, uma questão estratégica no país: a questão da desburocratização".

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

**Fontes:** Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM)

Sala das Sessões, de maio de 2013.

**Alfredo Kaefer**

Deputado Federal

PSDB/PR